

Hoje eu quero esclarecer, explicar melhor algumas medidas que adotamos para fazer o País crescer mais e mais rápido. Eu me refiro ao ajuste nas contas do Governo, que anunciamos há poucos dias e que vai permitir que o Executivo gaste menos e melhor o dinheiro do contribuinte – o seu dinheiro.

Nós poderíamos ter feito o ajuste reduzindo investimentos ou aumentando impostos, mas escolhemos outro caminho: cortamos privilégios. Já tínhamos nos acostumado com a diferença entre os benefícios concedidos aos funcionários públicos e aos demais trabalhadores.

Vou citar alguns exemplos: ao se aposentarem, muitos servidores eram promovidos, o que significava um aumento de 20% nos seus rendimentos. Você é um trabalhador comum, não é promovido nem recebe aumento ao se aposentar. Você trabalha 8 horas por dia e tem direito a 30 dias de férias por ano. Os advogados do Governo, trabalhando 4 horas por dia, tinham férias de 60 dias. Trabalhavam a metade e descansavam o dobro.

E há outros privilégios do servidor público, como a chamada licença-prêmio. Depois de trabalhar 5 anos, ele tem direito a 3 meses de férias. E esse tempo de férias, se não foi gozado, conta em dobro na hora da aposentadoria.

É possível que alguns aposentados tenham feito concurso para voltar ao serviço público. Agora, terão que fazer uma escolha, porque não podem mais acumular dois vencimentos, o da aposentadoria e do salário.

Sei que muita gente pode estar descontente, achando que estamos prejudicando os funcionários públicos. Mas o Governo tinha que tomar todas essas medidas para melhorar o salário do servidor que vai continuar trabalhando, para melhorar a qualidade do serviço que é prestado à população e, acima de tudo, para deixar de gastar mais do que arrecada, ou seja, para reduzir o déficit público.

O corte nos gastos das empresas do Governo também tinha que ser feito. Tudo isso vai reduzir as taxas de juros, criar condições para que os empresários aumentem seus investimentos, para que a economia cresça mais rápido. E economia em crescimento significa mais empregos, melhores salários e distribuição de renda mais justa.

É claro que ainda há muito a fazer para ajustar as contas do Governo, mas quero deixar claro que fizemos tudo o que estava diretamente ao nosso alcance, ao alcance do Poder Executivo. Mexemos no que não precisava de mudança na Constituição. Mesmo assim, muitos privilégios ainda estão longe de acabar.

É preciso combater os privilégios. É por isso que estamos trabalhando, junto com o Congresso Nacional, para aprovar as reformas da Previdência e da Administração Pública. Nós contamos com a ajuda do Congresso para que o Brasil seja mais justo e menos gastador.

Precisamos continuar avançando para fortalecer ainda mais o Real, de modo que, agora, ele seja mais do que um instrumento de redução da inflação – acelere o crescimento da economia e traga uma vida melhor para cada um de nós.